

# Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres / *Feminism, State and public policies: challenges in neoliberal times for women's autonomy*

---

MIRLA CISNE\*  
TELMA GURGEL\*\*

**Resumo:** O feminismo, na perspectiva de movimento social emancipatório, afirmou a igualdade e a liberdade para as mulheres, para que estas superassem as múltiplas opressões e explorações patriarcal-capitalistas que demarcam a sua experiência como ser social. Para tanto, reivindicava a responsabilização do Estado. Nesse sentido, imperava a necessidade de ir para além das políticas públicas, sem, no entanto, desconsiderar a sua importância para conquistar melhores condições de vida. Na atualidade, porém, o feminismo vem recuando progressivamente nesta perspectiva emancipatória, devido, especialmente, ao seu processo de institucionalização em ONGs. Assim, analisaremos a relação entre feminismo e Estado na reivindicação por políticas públicas, destacando os principais limites e desafios para o movimento na contemporaneidade neoliberal.

**Palavras-chave:** feminismo, Estado capitalista, políticas públicas, emancipação humana.

**Abstract:** The feminism, in view of an emancipatory social movement, stated equality and freedom for women, so that

---

\* Assistente Social, mestre em Serviço Social, professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), coordenadora do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher “Simone de Beauvoir”, pesquisadora e ativista feminista. *E-mail:* mirlacisne@gmail.com

\*\* Doutora em Sociologia, professora da UERN, pesquisadora do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher “Simone de Beauvoir” e ativista feminista. *E-mail:* telmagurgel@uern.br

they exceed the multiple patriarchal-capitalist oppressions and explorations, which gives them experience as social beings. Therefore, they claimed that the State was responsible. In this sense, there is a need to go beyond public policies without, nevertheless, forgetting their importance at achieving better life conditions. Today, however, feminism has gradually stepped back from this emancipatory perspective, due especially to its process of institutionalization in the NGOs. Thus, the paper reviews the relationship between feminism and State in the claims for public policies, highlighting the major limitations and challenges for the movement in neoliberal contemporarity.

**Keywords:** Feminism, the capitalist State, public policy, human emancipation.

## Introdução

O feminismo vem se reafirmando como um dos movimentos sociais que se situam no campo emancipatório desde sua primeira expressão, na França, em 1789, quando as mulheres organizadas lançaram em praça pública seus reclames e desafiaram a história e a si próprias ao questionarem a ordem estabelecida reivindicando a igualdade e ao afirmarem a liberdade.

Daquele momento em diante, em diferentes conjunturas, o feminismo passou a ocupar a cena pública com suas bandeiras de luta, ações e estratégias que, no geral, se constituem como questionamento às bases da exploração-dominância que demarcam a experiência das mulheres ao longo da história patriarcal. O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos. Assim, o feminismo, ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital. Destacamos, especialmente, a contestação à família nuclear burguesa e monogâmica e a denúncia da exploração

da força de trabalho feminina, tanto na esfera produtiva, geralmente em atividades não pagas, como na reprodutiva, que podem ser consideradas pedras fundamentais para a sustentabilidade do capitalismo. Nessa perspectiva, como ressalta Mészáros (2002, p. 307), a luta do feminismo,

[...] estando [...] centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica entra em movimento, sem encontrar saídas para a sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica.

Destarte, ao longo de sua história, o movimento feminista vem assumindo temáticas que refletem a diversidade das demandas da classe trabalhadora, intervindo no campo da dominação das subjetividades, como, por exemplo, na luta pelo fim da heterossexualidade normativa e pelo direito ao aborto. Nesse sentido, para Vera Soares (1998, p. 33): “[...] o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo”. O feminismo reivindica, assim, a construção de um novo sistema, pautado pela liberdade e pela igualdade sociais.

Como luta social, o movimento tem enfrentado dilemas políticos e desafios organizativos que dele exigem uma reflexão permanente sobre sua programática e sua intervenção na conjuntura que, em última instância, devem considerar a historicidade de cada época e a análise crítica de suas referências teóricas, ações táticas e estratégicas como sujeito coletivo representativo das mulheres.

Entre esses dilemas queremos destacar, neste texto, a problemática da relação do feminismo com o Estado. A complexidade do debate se concentra, pelo menos, em dois pontos. Primeiramente, no desafio de cumprir uma exigência da

práxis feminista, manter-se em uma posição de autonomia diante das estruturas patriarcal-capitalistas que singularizam a condição de subalternidade das mulheres na sociedade como tem sido, historicamente, o papel do Estado. Isto porque as reivindicações do movimento feminista de diferentes formas têm como primeiro interlocutor as estruturas governamentais, na condição de formuladoras e executoras de políticas públicas. E, em segundo lugar, na compreensão da natureza contraditória – portanto, limitada e transitória – da reivindicação por políticas e programas sociais na luta pela emancipação humana,<sup>1</sup> em particular, no processo de autodeterminação das mulheres. Partimos do pressuposto, portanto, que a emancipação das mulheres, como já delineamos, exige a construção de outra sociedade.

Nesse contexto, buscaremos analisar a relação entre feminismo e Estado considerando a reivindicação por políticas públicas para as mulheres. Inicialmente, abordaremos as mudanças na relação entre Estado e sociedade com o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), e, em seguida, mediante uma análise crítica da presença dessas organizações no interior do feminismo, pontuaremos os principais limites e desafios postos nessa relação, na contemporaneidade, para a autonomia das mulheres.

## **Fundamentos para a compreensão dos dilemas do feminismo em tempos neoliberais**

Na última década do século XX, passou-se a privilegiar a redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivo e, concomitantemente, a transferir para a sociedade civil a responsabilidade com o atendimento das demandas sociais.

<sup>1</sup> Partimos da convicção de que a emancipação humana é irrealizável no capitalismo, dada a sua estrutura de dominação, alienação e exploração, baseada na transformação da força de trabalho em mercadoria. Para Tonet (1997), a emancipação humana impõe, necessariamente, a abolição do trabalho assalariado, da propriedade privada e do capital. Assim sendo, nos marcos desse sistema alcançaremos, no máximo, a emancipação política, em termos de conquistas democráticas.

Essa ofensiva neoliberal e as respectivas contra-reformas no Estado representaram, para os movimentos sociais, e, em particular para o feminismo, um período de grandes mudanças em sua identidade organizativa.

Ao mesmo tempo, a revolução tecnológica e organizacional que marca os anos 1990 implicou mudanças na divisão do trabalho e na relação centro-periferia. Essas mudanças, combinadas com o processo de financeirização do capital e com o neoliberalismo, determinaram as principais transformações ocorridas na relação entre Estado, políticas sociais e movimentos sociais, na atualidade.

No continente latino-americano observam-se, segundo Farah (2004, p. 52), alterações da agenda política da maior parte dos governos, que passam a se estruturar com os seguintes eixos:

- a) descentralização vista como uma estratégia de democratização, mas também como forma de garantir o uso mais eficiente de recursos públicos;
- b) estabelecimento de prioridades de ação (focalização e seletividade), devido às urgentes demandas associadas à crise e ao processo de ajustes;
- c) novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil, incluindo a democratização de processos decisórios, mas também a participação de organizações da sociedade civil e do setor privado na provisão de serviços públicos; e
- d) novas formas de gestão das políticas públicas (...).

Assumindo a desregulamentação do Estado, no tocante à sua desresponsabilização para com as políticas públicas de caráter universal, o neoliberalismo se impõe como força econômica mundial. No plano político, segundo Hayek, citado por Anderson (2000, p.10), era imperativo o controle e a fragmentação do potencial reivindicativo dos movimentos sociais. Para tanto, o Estado vai engendrar novos mecanismos não só de exploração para a reprodução direta do capital, mas também uma ideologia

reprodutora de valores e comportamentos não conflitantes com o *status quo* mediante um “envolvimento manipulatório” mais complexo, por exemplo, sobre uma parcela dos movimentos sociais. Para garantir esse envolvimento, uma das formas é financiar as ações dos movimentos por meio da realização de convênios para ações pontuais que, antes de tudo, respondam às necessidades imediatas, não contempladas pelas políticas públicas. É esse processo que vai engendrar a institucionalização de muitos movimentos sociais em ONGs.

Assim como o reordenamento da relação entre movimentos sociais e Estado na América Latina, pós-ditadura militar, o surgimento das ONGs foi contemporâneo às crises organizativas da classe trabalhadora diante da ofensiva neoliberal. Seja no que diz respeito à tímida reação do movimento sindical ao processo de reestruturação produtiva e ao desemprego estrutural, seja no que se refere ao enfrentamento do processo de desmobilização social em torno da garantia das conquistas históricas duramente alcançadas pelos diversos sujeitos sociais no capitalismo tardio da América Latina.

Ressaltamos, também, que a grande expansão das ONGs, a partir da década de 1990, deve-se, fundamentalmente, à “mudança de orientação dos doadores internacionais de não mais destinarem recursos diretamente aos movimentos sociais e populares, mas agora às ONGs (ora diretamente, ora indiretamente por via de recursos dirigidos aos governos)” (Montão, 2002, p. 224).

De acordo com Daniella Saraceno (2007), o Banco Mundial (BM), a partir dos anos 1990, passou a adotar uma postura de “diálogo e de privilegiamento de ações e parcerias com as ONGs. [...] em 1994, metade dos projetos de financiamento aprovados pelo banco envolvia ONGs [...]”.

Uma decorrência direta desse fenômeno é a “terceirização” dos movimentos sociais. Nela, o Estado e as agências de cooperação definem como seus principais interlocutores as ONGs em função

de seu perfil mais “eficiente”, “técnico” e “bem-comportado” em relação aos movimentos sociais (Montaño, 2002), cuja legitimidade centra-se nas estratégias ofensivas, inusitadas e radicais.

O problema é que, na maioria das vezes, para exercerem esse papel de interlocutoras, as ONGs se adequam à “lógica do mercado de projetos” (Alvarez, 1998) que pode impulsionar políticas que privilegiem alternativas à pobreza, centralizadas na responsabilidade das organizações sociais, muito mais do que na responsabilidade do Estado.

Nesse contexto, as ONGs passam a ser “parceiras” na negociação dos direitos sociais. Muitas vezes, o acesso a esses direitos é intermediado por essas instituições, os direitos são implementados de forma temporária, pulverizada, precária e focalizada, ferindo, portanto, o princípio da universalidade das políticas públicas. Assim, em um sentido mais amplo, as ONGs podem contribuir para a legitimação ideológica da desresponsabilização do Estado para com as políticas públicas, como demonstra Montaño (2002, p. 227):

[...] o interesse do governo neoliberal (e do capital) nas “parcerias” é ideológico, é de contentação e aceitação. Uma vez consolidado o processo de saída do Estado de certo espaço da área social – mediante recortes orçamentários, precarização, focalização, descentralização e privatizações – e esvaziada a dimensão de direito universal das políticas sociais, uma vez que a retirada do Estado da resposta às seqüelas da “questão social” passe a formar parte da *cultura cotidiana*, então a função ideológica das “parcerias” já terá cumprido sua finalidade, e não será mais tão necessária sua manutenção. [...] A “parceria” entre o Estado e o “terceiro setor” tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital –, e fetichizá-lo em “transferência”, levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo.

Assim, o financiamento das ONGs, na maioria das vezes, por trás da aparente preocupação social do capital, revela o interesse de gerar uma cultura de aceitação e naturalização do neoliberalismo, daí o empenho do Estado neoliberal em investir grandes recursos nessas instituições.<sup>2</sup> Percebemos, portanto, que existem múltiplos aspectos em torno do “fenômeno onguização” que evidenciam muitas contradições no tocante à luta por políticas públicas que precisam ser explicitadas. Nestes termos, mesmo que muitas ONGs se assumam como sujeitos defensores das políticas públicas e até realizem ações políticas nesta direção, o interesse do capital em financiá-las concretiza a existência de políticas focalizadas e temporárias.<sup>3</sup>

Diante deste contexto, levantamos a preocupação da crescente institucionalização de movimentos sociais em ONGs. Sobre as principais conseqüências da “onguização” dos movimentos sociais Montañó (2002, p. 274) ressalta:

- 1) o movimento social, intermediado pela ONG na sua relação com o Estado, com menos adesão e sem recursos, tende a se reduzir em quantidade e em impacto social, deixando seu lugar para esta última;
- 2) a ONG, que tem como parceiro o Estado, assume a “representatividade” das organizações sociais, carregando agora as demandas populares, só que não mais numa relação de luta, de reivindicação, mas de “pedido”, de “negociação” entre parceiros, e quase sempre relegando para segundo plano a atividade do movimento social e submetendo-o à “nova lógica da negociação”.

<sup>2</sup> De acordo com Montañó (2002, p. 214): “Em abril de 1997, o Banco Mundial desembolsou, mediante a gestão estatal, 150 milhões de dólares dirigidos a ONGs no Brasil”.

<sup>3</sup> É importante destacar que as ONGs não são espaços homogêneos e que existem diferenciações de práticas e de orientação teórico-política entre elas. Contudo, apesar de reconhecermos a existência de diferenciações, importa-nos refletir sobre a sua contradição fundante, qual seja, o laço de dependência com o seu financiador, pondo em risco, muitas vezes, a perspectiva de autonomia e resistência radical ao capitalismo.

Como síntese dessas alterações no “conteúdo” das lutas sociais, destacamos que esta realidade, além de configurar uma confusão entre o conceito de sociedade civil e terceiro setor, evidencia pelo menos uma problemática que é um processo acentuado e progressivo de “despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais, agora intermediadas pela ONG” (Montaño, 2002, p. 274).

Ellen Wood (2003) nos alerta para os atuais rumos da esquerda e de sua relação com o capitalismo na contemporaneidade. Para a autora, a esquerda vem se redefinindo na perspectiva de criar espaços no interior do capitalismo e não mais enfrenta o desafio direto da contestação ao capital, perdendo de vista, portanto, o horizonte da emancipação humana. Nesta perspectiva, a institucionalização dos movimentos sociais em ONGs de forma subordinada aos interesses e exigências dos organismos internacionais e do grande capital significa, pois, um retrocesso em relação ao poder de resistência da classe trabalhadora.

## **Feminismo, Estado, políticas públicas: a autonomia das mulheres em questão**

Para o feminismo nos países da América Latina, a década de 1980 significou um período de grandes contradições, pois, com o processo de “redemocratização” desses países, os governos nacionais latino-americanos iniciaram uma ampliação dos espaços de participação política e promovem uma ressignificação do conceito de sociedade civil, segundo Wood (2006) e Montaño (2002), o que abstrai o caráter de arena de luta de interesses antagônicos entre as classes sociais.

Autoras como Alvarez (1998), Castro (1997), Curiel (1998), e Guzmán (1994) demarcam esse período como um momento de grandes tensionamentos no interior do feminismo latino-americano, com rebatimentos na contemporaneidade.

Isso porque as experiências de “redemocratização” – mediante reformas no Estado que tinham como prioridade, segundo Farah (2004, p. 50), “a descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e na implementação das políticas públicas” – impulsionaram os movimentos sociais, entre eles o feminista, a re-atualizar sua crítica perante o Estado, ao mesmo tempo em que refletiam sobre suas estratégias para garantir a visibilidade e o acúmulo de forças do movimento.

A partir de meados da década de 1980 houve uma forte iniciativa dos governos, em âmbito continental, e no Brasil, em particular, quanto à incorporação das relações sociais de gênero como base ou como “tema transversal” em suas ações ou políticas públicas.

Decorre desse processo, a partir de finais dos anos de 1980, a criação de um conjunto de organismos de controle social e de elaboração de políticas, que passou a ser mais um espaço de participação política dos movimentos sociais e das ONGs. Estas, inclusive, contavam com um grupo de “profissionais ativistas” em seu perfil técnico e de organização institucional (Alvarez, 1998). Tais profissionais, por serem ativistas, possuem vinculação orgânica com os setores populares, com habilidades e conhecimento acerca de suas demandas e dificuldades organizativas e, conseqüentemente, podem cumprir um papel importante na articulação, formulação de denúncias e proposição de políticas.

Além disso, a estrutura administrativa, profissional e de poder estabelecida pelas instâncias das ONGs, consolidou novos grupos de representação e transferiu as decisões político-institucionais para as equipes de profissionais, que, na maioria dos casos, se apresentavam como ativistas e diluíam o papel de assessoria no de representatividade. Tal fenômeno, além de alterar o perfil das organizações/movimentos anteriores, causou mudanças profundas nas relações sociais internas do movimento feminista e na sua representatividade perante o Estado. Assim,

ONGs feministas têm exercido um papel central na formação e sustentação de [...] variadas formas de articulação formal e informal [...] têm sido cruciais para manter [...] as conexões centrais que entrelaçam as feministas e suas/seus aliadas(os) que hoje ocupam uma ampla variedade de lugares sociais. (Alvarez, 1998, p. 266).

Entretanto, a sua ação política provocou uma polêmica quanto ao seu caráter como entidades representativas do movimento.<sup>4</sup> A crítica firmou-se tanto em termos da composição social das ONGs quanto em termos de sua relação operativa com o Estado. Na realidade, a dimensão central do questionamento é a legitimidade ontológica da “outra” na distinção nítida entre as ONGs e o “movimento”.

O fato é que as ONGs passaram a ser representantes do movimento feminista desenvolvendo, a partir daí, estudos, pesquisas e proposições de políticas públicas, além de, em muitos casos, possuírem assento em conselhos, comitês e comissões tripartide em nome do movimento. O caráter de assessoria e captação de recursos que as ONGs, no seu surgimento, desenvolviam para os movimentos foi, portanto, modificado.

No Brasil, a criação de Conselhos de Direitos das Mulheres, das primeiras delegacias especializadas de atendimento a mulher, a proposta inicial do Programa Integral da Saúde da Mulher, entre outras, demandaram, em muitos casos, a presença de ativistas do movimento na institucionalidade governamental. Fato que torna evidente a complexidade do contexto com que o feminismo se deparou. Esse processo, contudo, evidenciou o ponto de tensionamento para o feminismo: a questão da autonomia.

---

<sup>4</sup> Esse tensionamento é tão forte que, no Encontro Feminista Latino-Americano, de 1996, no Chile, foi impossível o desenvolvimento de espaços coletivos de discussão estratégica pela total intolerância no debate entre a posição das “institucionalizadas” e a das “autônomas” que permeou todo o encontro. Numa tentativa de síntese, apresentou-se o grupo intitulado “nenhuma nem outra” que introduziu uma leitura da diversidade política partindo dos elementos da ideologia do neoliberalismo e da pós-modernidade.

Como ponto de divergência, a questão da autonomia político-organizativa do movimento se expressa na necessidade histórica de se estabelecer canais de interlocução com o Estado, objetivado nas políticas públicas e ações governamentais. Para alguns grupos feministas, isso equivale a integrar-se em postos da burocracia do Estado e a colaborar com ele na reflexão, proposição e avaliação de ações e teorias acerca da condição das mulheres na sociedade. Outros acreditam que essa “contribuição burocrática” coloca o movimento em uma perspectiva de subordinação, fragilizando sua autonomia e, por conseguinte, seu potencial de resistência e contestação perante o Estado burguês-patriarcal.<sup>5</sup>

Assim, o debate sobre a relação do feminismo com o Estado, vem se focalizando em algumas questões como o papel do movimento na reivindicação por políticas públicas, a participação de lideranças nas estruturas governamentais e a representatividade do movimento na negociação direta com os órgãos de Estado. Como se evidencia, a essência dos questionamentos gira em torno da autonomia, princípio ontológico para o feminismo. Como elemento demarcatório, a noção de autonomia estabelece nexos internos que são necessários à constituição de todo sujeito político coletivo com múltiplos condicionantes de opressão e discriminação, como é o caso do feminismo.

O feminismo na América Latina tem teorizado sobre a autonomia levando em consideração três aspectos: 1) o reconhecimento do sistema patriarcal como estruturante da opressão e dominação da mulher; 2) a autodeterminação das mulheres como condição ontológica do feminismo como sujeito coletivo; 3) a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista.

Nesse sentido, o termo autonomia assume diversas perspectivas que refletem, primeiramente, o nível de envolvimento

---

<sup>5</sup> Leituras sobre esse processo podem ser feitas em Farah (2004), Morais (1985), Alvarez (2000), Godinho (2000).

do feminismo com o contexto social no qual realiza a sua ação militante como movimento de transformação das relações sociais, confrontando-se diretamente, portanto, com o sistema patriarcal-capitalista.

Nos anos de 1980, discutia-se nos fóruns do movimento na América Latina a autonomia com referência à dupla militância de feministas com atuação no movimento e em partidos políticos de esquerda, centro-esquerda e nas lutas clandestinas<sup>6</sup>. A principalidade teórica do debate centrava-se nos riscos da hegemonização das organizações partidárias no interior do movimento feminista.

O questionamento em torno da autonomia também se desenvolveu em torno do reconhecimento das diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres e do seu núcleo comum que possibilita a construção de uma identidade coletiva. Assim, foi instigante, nesse debate, a presença de um maior número de mulheres do meio popular no feminismo, que traziam demandas da imediatividade da sobrevivência em um cotidiano de extrema pauperização e invisibilidade política. Esse fenômeno provocou uma atualização das demandas feministas alimentando seu questionamento sobre a totalidade da vida social, com a centralidade do confronto com o patriarcado, o capitalismo e as formas tradicionais do fazer política.

Em nossa opinião, isso ocorre porque o feminismo latino-americano compreendeu que a luta por respostas imediatas não é, necessariamente, oposta à perspectiva de emancipação. Ao contrário, potencialmente, sua radicalização contribuiu para o processo de transformação social, ao aprofundar a contradição entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe.

Cabe ainda destacar que, nesse período, ocorreu uma reorientação teórica do movimento feminista, no continente

---

<sup>6</sup> Sobre este fenômeno podemos encontrar uma leitura em Ferreira (1996).

latino-americano, com a incorporação programática de categorias que, mesmo sendo originárias do próprio movimento, foram ressignificadas pelo sistema e transformadas em forte elemento político-analítico para a sua manutenção. Referimo-nos especialmente à categoria das relações sociais de gênero que se tornou pedra angular da intervenção das agências de fomento e de órgãos multilaterais em nosso continente. No Brasil, essa categoria foi difundida e bastante incorporada pelas ONGs feministas mediante a elaboração de Joan Scott<sup>7</sup> (1991) que a considerou como relação primária de poder, expressa primeiramente no plano da cultura, das instituições normativas, da representação e construção de subjetividades. Vale ressaltar que, para essa autora, a análise das relações de poder estão dissociadas do desvelamento das causas estruturais da dominação/exploração.

Contrapondo-se a essa elaboração e na perspectiva de totalidade, Saffioti (2004) propõe para a análise das relações sociais uma unidade dialética entre classe, gênero, raça/etnia, ou ainda, entre patriarcado,<sup>8</sup> racismo e capitalismo. É o que a autora denomina de “nó”:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa

<sup>7</sup> Referimo-nos ao texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, traduzido no Brasil pela SOS Corpo, que é uma das ONG feministas mais antigas do Brasil (fundada em 1981, em Recife-PE) e que possui grande referência no campo do feminismo, tanto nacional como internacionalmente.

<sup>8</sup> O patriarcado explícita o vetor dominação-exploração sobre as mulheres, portanto, denuncia as desigualdades de gênero. Para as feministas marxistas, o patriarcado é uma “subestrutura” do capitalismo, especialmente por guardar em sua raiz um vínculo estreito com a propriedade privada. O patriarcado é uma forma específica das relações de gênero (a de desigualdades), enquanto gênero é uma categoria que também pode englobar relações igualitárias.

a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída. (Saffioti, 2004, p. 125).

Gênero nos permite identificar a construção social do ser homem e ser mulher na perspectiva de desnaturalização das identidades e das desigualdades entre os sexos, é, portanto, um elemento estruturante das relações sociais (Saffioti, 1999 e 2000, Castro, 2000). Gênero é, pois, uma categoria estrutural-simbólica, já que pressupõe um espaço concreto, no qual, como afirma Saffioti (2000, p. 74), “[...] a representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade”. Assim, na perspectiva de totalidade, as relações de gênero em articulação com as relações de classe e de raça/etnia, estruturam e consolidam o real em suas múltiplas complexidades.

Como base analítica, gênero desvenda as desigualdades entre homens e mulheres situados como sujeitos numa ordem determinada pela produção, troca e consumo; e também, evidencia as dimensões simbólicas, normatizadas e socializadas na produção das subjetividades. Constitui-se, assim, como suporte da singularidade, base para o devir histórico das mulheres que, articuladas pelo feminismo, sejam protagonistas de uma nova ordem. Ressaltamos, com o pensamento de Calado (2003, p. 85), que: “[...] para se lidar com as questões de gênero, numa perspectiva ético-libertária – o que envolve permanente compromisso de mudança – implica ir além de um trato meramente acadêmico: requer ensaiar passos concretos no chão das relações do cotidiano”.

Situamos neste debate a contribuição das feministas marxistas que defendem um engendramento entre a crítica reflexiva da ortodoxia teórico-metodológica de Marx e a experiência de mulheres populares em suas organizações e demandas sociais.

Esse movimento, ao mesmo tempo teórico e político, segundo Castro (2000, p. 107):

[...] enfatiza uma perspectiva sobre a vida social que recusa a separar a materialidade dos sentidos, identidades e corpos, estado e nação das demandas da divisão social do trabalho que hoje se entrelaçam com a realização do capitalismo como um sistema global.

É neste sentido que se coloca o potencial político da categoria gênero em torno da luta emancipatória, pois possibilita-nos a compreensão e transformação de processos macro e micro que compõem a totalidade da opressão/dominação das mulheres, compreendida como um sistema estruturado que pode ser caracterizado como de natureza patriarcal-capitalista de gênero.<sup>9</sup> Neste sentido, a articulação entre gênero, classe e raça/etnia é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres, tanto na esfera da produção quanto na da reprodução.

Ocorre que, assim como o movimento feminista, também os órgãos multilaterais e governamentais passam a incorporar categoria gênero em seus planos, projetos e programas mediante o reconhecimento da expressão feminina da pobreza e do papel da mulher na organização familiar e social. Neste sentido, “relações e vínculos entre etnia, *gênero* e o funcionamento econômico, na visão do Banco Mundial, têm de ser considerados para a condução de *estratégias de conformação*” (Melo, 2005, p. 70, 72, 78 – grifos nossos).

Por esse motivo, Alvarez (2000) propõe um debate em torno da “tradução político-cultural por parte do Estado”, ou seja, da

<sup>9</sup> Esta caracterização respalda a idéia de que, apesar de as desigualdades sociais de gênero serem anteriores ao capitalismo, historicamente este tem se apropriado delas mediante a consolidação de formas de vida e de inserção no mundo de trabalho que desqualificam e invisibilizam a experiência das mulheres. O capitalismo se articula, assim, com as referências do patriarcado no sentido da permanência de sua ordem sociometabólica de acumulação e espoliação. Ver mais em Mészáros (2002), Saffioti (2000) e Castro (2000).

capacidade que o Estado tem de ressignificar discursos e bandeiras de luta, dentre elas, os das mulheres. Essa capacidade ideológica do Estado e sua relação com a autonomia do movimento trazem uma enorme contribuição ao debate histórico entre feminismo e Estado.

Na caracterização do Estado como sujeito político, com funções que transitam entre a economia e a política, resgatamos a formulação apresentada por Mandel (1985) sobre suas principais funções no capitalismo tardio. Para o referido autor, o Estado assume como função:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros dominantes;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas, ou de facções particulares das classes dominantes, ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominadas [...] para que as classes dominadas/exploradas aceitem sua própria exploração, sem o exercício direto da repressão contra elas (Mandel, 1985, p. 333-334).

A teorização apresentada por Mandel, na obra *O capitalismo tardio*, expõe sua tese do desenvolvimento “pluricausal” para o capitalismo, em períodos organizados em “ondas”, que podem ser longas de tonalidade expansionista ou de tonalidade de estagnação, de acordo com a produtividade do trabalho e a repartição de renda entre capitalistas e trabalhadores.

Em períodos de crises e de aumento dos riscos no processo de produção capitalista, o sistema, na figura do Estado, implementa políticas “anti-cíclicas” que promovem o processo de integração precarizada dos setores subalternizados pela lógica do mercado, fundamento da continuidade do *status quo* do capitalismo.

Sobre isso, pode-se destacar que, na maioria dos países latino-americanos, as políticas desenvolvidas na capacitação para o mercado de trabalho formam mulheres para o desempenho de funções nos setores mais desvalorizados e de menor remuneração da economia, contribuindo com a socialização dos custos de produção no continente. Arriagada (1999, p. 46) apresentou dados sobre o emprego de mulheres que demonstram essa tendência:

A relação entre os rendimentos médios masculinos e femininos continua sendo desfavorável para as mulheres, já que estas ganham em média de 30 a 40% menos que os homens e o aumento em sua participação no mundo do trabalho e tem ocorrido em ocupações mais informais e de menores rendimentos.

Essa precarização é substanciada pelo Estado, que se coloca como um agente externo na negociação entre os capitalistas e a classe trabalhadora, com a desregulamentação das relações de trabalho com o intuito de reduzir os custos com a produção dos grandes grupos e buscar a elevação da taxa de lucros.

O desenvolvimento de políticas para aumentar a participação no mercado de trabalho inclui mecanismos discursivos que redefinem o papel das mulheres na produção. Há, para tanto, uma política de valorização de “traços” e “habilidades” que determinam o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho.

No campo do trabalho para as mulheres no Brasil, Farah (2004, p. 64) afirma que, diferentemente da agenda do movimento feminista que advoga a ruptura com a divisão sexual do trabalho, as iniciativas governamentais não proporcionam “oportunidades à mulher em campos não tradicionalmente femininos”. Ao contrário, essas ações têm fortalecido uma visão familista das políticas sociais, pondo em risco toda a perspectiva de autonomia preconizada pela prática feminista na história. Perceber e enfrentar esses mecanismos de “integração submissa”, elaborados e desenvolvidos nos “sistemas interpretativos institucionalizados”

(Fraisser, citada por Alvarez, 2000) é uma das tarefas do feminismo latino-americano na atualidade.

Trata-se de um desafio que evidencia a necessidade de o feminismo se debruçar sobre o problema do Estado e de desenvolver uma perspectiva analítico-política que realize o movimento dialético do conhecimento e transformação do exercício do seu poder nos diversos campos da vida social.

### **Tensões e desafios do feminismo contemporâneo: a importância e os limites das políticas públicas com a perspectiva de gênero**

Compreendemos que a análise crítica do papel do Estado na organização econômica da sociedade e na responsabilização com as políticas públicas deve ser dotada de um ponto de vista de classe, raça/etnia e gênero.

No momento atual, enfrentamos uma visão hegemônica de redução do papel social do Estado, com o processo de desregulamentação das relações de trabalho e a flexibilização dos direitos sociais. No fundo, essa perspectiva dominante expressa uma visão de que as desigualdades são inevitáveis e que os problemas sociais, portanto, devem ser resolvidos em nível do mercado e do terceiro setor. Um dos resultados imediatos desse discurso é a realidade atual das políticas sociais que estão cada vez mais caracterizadas como políticas para pobres, portanto, sem a pretensão de serem políticas universais.

Quando pensamos sob o ponto de vista das mulheres, essa visão fundamenta a elaboração de políticas pontuais que são diferentes de políticas específicas, uma vez que pouco contribuem para a eliminação da situação de desigualdade e hierarquia entre os homens e as mulheres, pois não atuam sobre as condições estruturais das desigualdades de gênero.

No Estado neoliberal, vivemos uma ambigüidade entre as necessidades de transformação estruturais e a lógica de redução dos investimentos sociais nas políticas. No caso específico do Brasil essa situação se expressa de maneira ainda mais perversa, porque as políticas assumem um caráter compensatório cada vez mais focalizado nos bolsões de pobreza e sem nenhuma perspectiva de se apresentarem como direito.

A importância da reivindicação de políticas públicas na perspectiva de gênero é facilmente perceptível quando analisamos as condições de vida das mulheres trabalhadoras, especialmente, as negras, que são as mais pobres entre as mais pobres, encontrando-se nos empregos mais precarizados e com rendimentos menores do que qualquer outro segmento social.

Segundo Mészáros (2002), as mulheres compõem 70% dos pobres do mundo e, além de serem responsabilizadas pela reprodução social, são também as maiores vítimas da precarização das políticas públicas. São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos, para levarem as crianças enfermas, e nas escolas, em busca de vagas; entretanto, muitas delas não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, seja por não terem sequer documentos pessoais, especialmente, as que residem nas áreas rurais; são elas, portanto, que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência de suas famílias.

Não queremos, no entanto, afirmar as políticas públicas como fim, mas, na sua dinâmica contraditória,<sup>10</sup> percebê-las como conquista legítima das lutas sociais, até porque, segundo o legado marxiano, todo ser humano deve estar em condições de

---

<sup>10</sup> A dinâmica contraditória das políticas públicas reside na relação entre ser resultado de lutas concretas (e legítimas) da população, e, ao mesmo tempo representar um instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, como forma de o Estado despolitizá-las e encaminhá-las para frentes menos conflitivas na relação capital-trabalho (Sposati *et al.* 1995).

viver para poder fazer história. Nesse sentido, não percebemos contradição entre a afirmação das políticas públicas, ainda mais em tempos neoliberais, e a luta pela emancipação humana, nosso verdadeiro fim.

Sobre a relação com o Estado podemos nos apoiar em Hilary Wainright (2000, p. 122), quando afirma que as lutas sociais contemporâneas de esquerda precisam se reafirmar em duas direções:

Propor uma alternativa à ditadura do mercado global [...] e dar legitimidade ao Estado. [...] afirmar que existem estratégias de transformação do Estado, dos meios de controlar o mercado e, de reconstruir os serviços públicos [...]. Precisa ficar clara a necessidade de um Estado democrático e de uma esfera cívica democrática, criando mecanismos de democracia direta e representação democrática.

Neste sentido, podemos sintetizar que a ação feminista se desenvolve num tensionamento e complementaridade de, pelo menos, quatro frentes. Primeiramente, no processo de auto-organização das mulheres, com a construção de agrupamentos e ações coletivas de envergadura social. Como segunda tendência, o feminismo se posiciona como executor de políticas, mediante a realização de “parceria” direta com o Estado, por meio de convênios e financiamento de projetos sociais que representam a maior parte da sustentabilidade financeira das ações do feminismo na atualidade. Uma terceira perspectiva evidencia um feminismo que se propõe a ser assessor técnico ou parceiro de outras organizações, nacionais e internacionais, com as quais firma parcerias institucionais e financeiras para intervir no enfrentamento das desigualdades de gênero. E, por último, visualizamos uma tendência em que se propõe a ser interlocutor de outros movimentos sociais em sua relação com o Estado e na construção de redes, articulando diversos sujeitos políticos.

As diversas expressões do feminismo e das formas de trabalho com organizações de mulheres, que são percebidas na contemporaneidade, têm em comum a busca de sua sustentabilidade mediante financiamento oriundo de fundos nacionais e internacionais. Dentre esses financiamentos, faz-se necessário aprofundar o debate em torno da relação do feminismo com o Estado, dado que, além de ser um interlocutor privilegiado para a conquista de políticas públicas, também se constitui como um dos principais financiadores das ações feministas na atualidade.

A urgência que se coloca é a atualização permanente do caráter de classe e dos interesses estratégicos que compõem as políticas governamentais. É imprescindível, neste movimento, a compreensão da natureza contraditória, portanto, transitória da reivindicação por políticas e programas sociais. Contudo, em tempos neoliberais, a luta por estas políticas assume um potencial estratégico, pois, dirigindo-se ao Estado na requisição dos direitos sociais básicos, o movimento feminista contribui com o aprofundamento da crise gerada por meio da “crescente contradição entre a forma nacional de Estado e a internacionalização do capital produtivo [...] que nos países periféricos [...] se manifesta [...] na forma de crise crônica de seus balanços de pagamento [...] mediante o endividamento externo” (Mandel, 1985, p. XXVII).

O desafio de desenvolver simultaneamente a crítica ao Estado e ao capitalismo, sem perder de vista as demais questões que constroem a identidade compartilhada das mulheres, seja na reivindicação de direitos sociais, seja no processo de oposição à estrutura patriarcalizada da sociedade, confere ao feminismo um caráter emancipatório como sujeito “coletivo total”.

Compreendemos o feminismo como “coletivo total”, pois, possuindo, como todo movimento, uma heterogeneidade em sua composição social, constituir-se-á como sujeito no exercício teórico-político de um duplo processo: “[...] no reconhecimento

da diversidade e na construção de uma unidade diversa identitária mediante a legitimação das experiências particulares no interior da identidade coletiva” (Gurgel, 2004, p. 64).

Com esta percepção de “coletivo total”, interpretamos que um dos desafios do movimento feminista é a definição de estratégias que, nas particularidades de cada opressão, atuem na busca dos pontos comuns sem perder de vista o horizonte da emancipação humana. Afinal, apenas poderemos vivenciar verdadeiramente a liberdade, objetivo maior do feminismo, se essa emancipação for alcançada.

Assim, somamos com as perspectivas que apontam para uma crítica da visão operativa de gênero, que tem sido implantada como parte da estratégia de integração global sob a égide do pensamento único e mercadológico. Nesse contexto, em sua ação frente ao Estado, o movimento feminista deve realizar um esforço teórico-político-organizativo, tendo como horizonte três dimensões. Segundo Godinho (2000), a primeira diz respeito à pressão sobre o Estado para que este desenvolva políticas que “incidam efetivamente sobre a desigualdade estrutural entre homens e mulheres”; a segunda centraliza-se na possibilidade de mudança na lógica do Estado, de forma que este passe a ser um construtor da “igualdade social geral, não apenas das mulheres”; e a terceira é “o desafio que temos de incidir sobre a democratização do Estado”.

A inter-relação entre essas três dimensões da prática feminista possibilitará não apenas a construção do sujeito coletivo, como trará importante contribuição no processo de forçar a mudança dos discursos e práticas dos governos ao apresentarem programas de gênero que, na maioria das vezes, mitiga a real condição das mulheres na história.

É importante frisar que as iniciativas de construção de articulação dos diversos grupos, a mobilização e a unidade – mesmo que, na maioria das vezes, tensionada pela problemática

da representatividade — construídas nos Fóruns específicos do movimento feminista e nas conferências (mulheres, saúde, assistência social, entre outras) são exemplos concretos da ação feminista no sentido de ampliar os espaços de democracia. Percebemos, contudo, que na atualidade têm sido realizadas poucas ações políticas diretas apontando especialmente para um caráter de radicalidade no enfrentamento do sistema capitalista.

## Conclusão

Nas últimas décadas, grande parte dos movimentos sociais na América Latina e, particularmente no Brasil, passaram por um processo heterogêneo de transformação identitária com o surgimento das ONGs. Estas, apesar de cumprirem um papel significativo no processo de ampliação dos espaços de democracia, trazem enormes desafios para a organização das lutas sociais em sua totalidade, especialmente, no seu caráter classista e revolucionário.

No campo do feminismo não é diferente. Os anos de 1990 foram marcados por um acentuado processo de “onguização” que acarretou uma outra dinâmica organizativa, mais tecnicista e com uma política de sustentabilidade apoiada, especialmente, em convênios pontuais com o Estado e/ou com agências de cooperação. Esse processo implicou para o feminismo, principalmente, a diminuição da autonomia organizativa do movimento. Além disso, resultou em mudanças radicais na representatividade do movimento feminista que, a partir de então, passa a dividir espaço com ONGs que até a década de 1970 se apresentavam como assessoras e captadoras de recurso para esse movimento. Agora essas instituições passam a ocupar os espaços de representatividade ou, até mesmo, passam a substituir, em grande medida, o próprio movimento.

Sabemos que esse fenômeno acompanha a consolidação do neoliberalismo na América Latina e passa a significar um

divisor de águas no campo do feminismo. Ao mesmo tempo em que se amplia a participação do feminismo nos espaços de decisão e controle social, estruturam-se estratégias de cooptação de lideranças e “envolvimento manipulatório”, especialmente por meio do financiamento de ONGs feministas, o que fere o princípio da autonomia, tão caro ao feminismo. Assim, contraditoriamente, muitos dos setores que compõem o feminismo passam a colaborar, mesmo que de forma involuntária, com o sistema sobre o qual constroem sua crítica.

Neste contexto, verificamos a construção de uma agenda de gênero que muitas vezes se desenvolve mediante ações governamentais pontuais e focalizadas, conforme o receituário neoliberal. Por outro lado, por meio de projetos e convênios pontuais, as ONGs passam a suprir necessidades não realizadas no campo das políticas de governo, porém de igual maneira, contribuem com a fragilidade do princípio de universalidade nas políticas públicas.

Em contexto neoliberal, a temática da autonomia e da necessidade da construção de campos amplos de resistência política retoma a sua centralidade, pois, como já situamos, a fragilização, a desarticulação e o esvaziamento da dimensão de radicalidade das lutas sociais são ferramentas ideo-políticas imprescindíveis para a hegemonia do capital, e, por conseguinte, para a manutenção de seu sistema socioeconômico baseado na exploração acentuada das riquezas naturais, da força de trabalho e das desigualdades entre homens e mulheres.

Na atualidade, reivindicar políticas públicas que correspondam à demanda latente por melhoria das condições de vida das mulheres é uma exigência para o movimento feminista, que, para realizá-la, necessita de potencial crítico, ação criativa e autonomia organizativa no seu confronto com o Estado.

Num contexto adverso, a nossa alternativa pressupõe a construção de novas relações de sociabilidade, pautadas na

igualdade que não suprime a diferença, mas permite a sua expressão livre de opressões. As premissas aqui sugeridas para a emancipação humana garantir condições estruturantes que possibilitem aos indivíduos a sua autodeterminação como sujeitos de sua história, como portadores do poder de tomada de decisão consciente sobre as suas vidas e os seus desejos.

## Referências

- ALVAREZ, Sônia. Em que estado está o feminismo latino-americano: uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000. p. 9-25, (Coleção: Caderno Sempre Viva).
- \_\_\_\_\_. Feminismos latino-americanos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 265-284, 1998.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ARRIAGATA, Irma. Limites económicos, sociales e políticos a la participacion de las mujeres en América Latina. In: SEMINARIO INTERNACIONAL REESTRUCTURA POLÍTICA Y TRANSFORMACIÓN SOCIAL. *Memoria del Seminario...* Uruguay: Dawn-Repem, 1999. p. 43-54.
- CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 98-108, out., 2000.
- \_\_\_\_\_. Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda. *Presença de Mulher*, São Paulo, n. 29, p. 3-9, 1997.
- COUTINHO, Joana. ONGs: caminhos e (des)caminhos. *Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), São Paulo, n. 13/14, 1º semestre, 2005.

- CURIEL, Ochy; ESPINOSA, Yuderkis. *Los Encuentros Feministas de América Latina y El Caribe*. Santo Domingo (República Dominicana): Editorial, 1998.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e política públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p.47-71, 2004.
- GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000. p. 26-37. (Cadernos Sempre Viva).
- GURGEL, Telma. *Feminismo e liberdade: sujeito total e tardio na América Latina*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba. 2004.
- GUZMÁN, Virginia. *Los azarosos años 80: aciertos y desencuentros del movimiento de mujeres en Latinoamérica y el Caribe*. Péru: Red Entre Mujeres, 1994.
- LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- MELO, A. S. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: MÉSZÁROS, Istiván. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTÃO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAIS, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- NOVELLINO, Salet Ferreira. As organizações não-governamentais (ONGs) feministas brasileiras. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, Estado de Minas Gerais, Brasil, de 18 a 22 de setembro

- de 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_332.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_332.pdf)> Acessado em: 10 jun. 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. Quem tem medo de esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 71-75, out. 2000.
- \_\_\_\_\_. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais* São Paulo, n. 3, p. 143-161, 1999.
- SARACENO, Daniella Vieira dos Santos. O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local. *Cadernos de Análise Regional*, Salvador (BA), v. 4, n. especial, ago. 2003. Disponível em: <[http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B417A07AA-CC70-4D3B-AA09-96BA13F08224%7D\\_Artigo\\_01.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B417A07AA-CC70-4D3B-AA09-96BA13F08224%7D_Artigo_01.pdf)>. Acessado em: 12. jan. 2006.
- SCOTT, Jean. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS corpo, 1991.
- SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.* *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 1995.
- TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?* Maceió: Edufal, 1997.
- WAINRIGHT, Hillary. Ponto de vista: entrevista concedida a Bila Sorj e Mirian Goldenberg. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.115-126, 2000.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.

**Submetido em 10 outubro de 2008 e aceito em 26 outubro de 2008.**